

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

Continuing teacher education linked to the principles of rural education: with the word teacher educators

Maria Joselma do Nascimento Franco
Amanda Rafaela Vieira Costa
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Caruaru-Brasil

Resumo

O artigo é o recorte de pesquisa desenvolvida no Grupo de Estudos em Educação do Campo/GEECampo, articulado ao NUPEFEC/UFPE/CAA, no agreste pernambucano. Analisamos como a formação continuada dos professores do campo se articula aos seus princípios. Aportamo-nos em Arroyo, Caldart e Molina (2004), discutindo a educação do campo e Gatti (2008), Hage (2011) e Alencar (2010, 2015), a formação continuada de professores. Recorremos à análise documental e entrevista para produção dos dados. Os resultados apontam ausência de políticas de formação continuada dos professores do campo, pautada na autoria da rede, fragilizando a atuação e invisibilizando as experiências formativas à luz da Educação do Campo, mantendo a concepção de educação rural, mesmo que as formações do PNAIC e Escola da Terra pautem a concepção de EC, não materializada no território investigado a partir de seus princípios.

Palavras chave: Formação continuada; Educação do campo; Técnicas educacionais.

Abstract

The article is the excerpt of research developed in the Study Group on Rural Education/GGE Field, articulated to NUPEFEC/UFPE/CAA, in the rough of Pernambuco. We analyze how the continuing education of teachers in the field is linked to its principles. We took part in Arroyo, Caldart and Molina (2004), discussing rural education and Gatti (2008), Hage (2011) and Alencar (2010, 2015), continuing teacher education. We used documentary analysis and interviews to produce the data. The results point to the absence of policies for continuing education of rural teachers, based on network authorship, weakening the performance and making training experiences invisible in the light of Rural Education, maintaining the concept of rural education, even though the PNAIC and Scholl Formations of Earth guide the concept of EC, not materialized in the territory investigated from its principles.

keywords: Continuing education; Rural education; Educational techniques.

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

INTRODUÇÃO

O presente estudo toma como objeto “a formação continuada de professores do campo e a relação com seus princípios”, desenvolvida no contexto do Grupo de Estudos em Educação do Campo (GEE/Campo) da Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisa se justifica por identificarmos que a Educação do Campo (EC) se mantém na educação brasileira enquanto educação específica e diferenciada, exigindo na contemporaneidade dos profissionais da educação que nela atuam o domínio dos princípios que a fundamentam.

Geradora de múltiplas discussões nos últimos vinte e dois anos, a Educação do Campo “[...] nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 259). Este movimento de produção que substancia sua existência gera no Estado a necessidade de aproximação pela via do diálogo com estas populações, bem como o domínio de seus princípios para que estas passem a participar da constituição das políticas de formação a partir das necessidades dos territórios.

Nesta perspectiva, a formação de professores do campo se constitui a partir da autoria de seus povos, pela via dos coletivos, a saber: os movimentos sociais. A formação aqui discutida se apresenta como “[...] um processo que obriga a repensar e redefinir a relação entre o Estado, as suas instituições e os movimentos sociais” (ARROYO, 2012, p.362). Frente a esta abordagem, entendemos que os profissionais atuantes neste território necessitam se apropriar das concepções de educação do campo e do arsenal que a fundamenta.

Neste artigo, discutiremos “a formação continuada de professores do campo e a relação com seus princípios”, a partir dos elementos que dizem respeito à formação dos sujeitos da educação do campo, a saber: a LDB 9.394/96, o decreto 7.352/10 que regulamenta um conjunto de programas e políticas desenvolvidos pelo MEC: Programa Escola Ativa; Projovem Campo: Saberes da Terra; Procampo e Construção de Escolas; e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Programa Nacional de Reforma Agrária (Pronera). Cabe ressaltar que a formação continuada se faz necessária para que os

professores acessem estas políticas e, sobretudo, realizem discussões que contribuam para a melhoria da qualidade social da Educação.

Diante do exposto, a pesquisa busca saber como a formação continuada dos professores da educação do campo se articula aos seus princípios, partindo do pressuposto de que na rede municipal estudada, a educação do campo ainda é tratada superficialmente, considerando a ausência de investimentos na constituição de políticas para a referida formação, proporcionando a inexistência de profissionais que aprofundem estudos na temática e compreendam o que significa este fenômeno, atuando a partir de seus princípios basilares para que a EC efetivamente se constitua enquanto paradigma balizador na materialização de uma política de educação do campo na rede investigada. Esta ausência de investimentos culmina com um processo de formação continuada que não se articula aos princípios que a educação do campo requer.

Salientamos assim, que a educação do campo “[...] se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural [...]” (CALDART *apud* KOLLING, NERY, MOLINA, 2012, p. 260). Esta concepção nos permite compreender que a EC é um fenômeno contemporâneo da educação brasileira. Logo, é a partir desta compreensão que tomamos por objetivo geral: **Analisar como a formação continuada dos professores da EC se articula aos seus princípios e como objetivos específicos: identificar se há Formação Continuada dos professores do campo na rede pública municipal investigada, e que tipos de formação há; e mapear os tipos de formação continuada da educação do campo articulada aos seus princípios.**

Ressaltamos, contudo, não pretendemos trazer respostas definitivas nem esgotar exaustivamente o objeto de estudo aqui proposto, mas, sobretudo, desencadear reflexões a respeito deste, tendo em vista a busca pela qualidade social da educação.

Formação continuada de professor na educação brasileira

Optamos por iniciar esta discussão a partir do marco legal situando algumas políticas oficiais brasileiras que dizem respeito à formação continuada. Trazemos a LDB 9.394/1996 - maior lei da educação no país – ao definir que as instituições formativas deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

(BRASIL, 1996, p.23), reafirmando a exigência de formação contínua para os professores da educação básica, oferecida pelos poderes públicos no âmbito municipal, estadual e federal.

Na perspectiva da formação continuada do professor, o marco legal se articula às construções teóricas a partir das pesquisas desenvolvidas. Segundo Gatti (2008), nos últimos 10 anos houve um grande aumento de ações enquadradas sobre o termo “educação continuada” e não ficou preciso o conceito sobre formação continuada, existindo vários significados para este fim.

A formação continuada é, por assim dizer, parte integrante da profissão do professor. Esta acepção pode ser reafirmada de acordo com SILVA (2013), ao considerar que a formação continuada de professores é

[...] toda ação permanente, de caráter educativo e pedagógico que possibilita aos professores uma formação (re)construída cotidianamente no espaço escolar junto aos seus alunos e aos seus pares. Desse modo, a formação continuada de professores passa a ser caracterizada como espaço de estudo, desenvolvimento profissional e aprimoramento do trabalho docente (SILVA, 2013, p. 19).

As contribuições de Gatti (2008) se articulam as de Silva (2013) na medida em que há entre os autores elementos comuns à formação continuada que se relacionam à qualificação e atuação profissional.

Vale ressaltar que em nossa pesquisa, entendemos que esta formação precisa estar referenciada nos princípios norteadores da EC com base no respeito à diversidade; no Projeto político pedagógico (PPP) articulado ao social; na formação dos profissionais da educação articulada às especificidades; na constituição das identidades das escolas do campo, conteúdos e metodologias que atendam às necessidades dos alunos do território; e no controle social da qualidade da educação escolar via comunidade e movimentos sociais (BRASIL, 2010); contemplando assim, as discussões que trataremos a seguir.

Formação continuada em educação do campo

O nosso sistema escolar se pauta em uma concepção de educação urbanocêntrica, de forma que as políticas públicas educativas são pensadas para esses sujeitos sem levar em consideração as diferenças presentes nos territórios. Quanto ao campo, embora o tenhamos como um paradigma em construção, com uma produção de conhecimento específica e um marco regulatório em vigor, este ainda é visto como o lugar de atraso que

não corresponde ao projeto de modernidade, enquanto a cidade é idealizada como o espaço civilizatório por excelência (ARROYO, 2007).

Retomemos assim, à LDB nº 9.394/96, em que é estabelecido o reconhecimento da **especificidade e o direito à igualdade e à diferença**. A partir deste debate emergem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo através da Resolução 02/2002 - uma das conquistas oriundas da organização e articulação dos movimentos sociais. Nessas Diretrizes, além do direito à educação do campo para população campestre encontramos a preocupação em promover o aperfeiçoamento dos profissionais - a formação de professores. Segundo o Artigo 12, parágrafo único, “Os sistemas de ensino, de acordo com o Artigo 67 da LDB, desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes” (BRASIL, 2001, p.24-25).

É nesse movimento de busca por espaço de construção do marco legal, bem como por espaços que acolham a produção das políticas educacionais para as populações que integram a diversidade no país, que é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), que tem por objetivo “[...] pôr em prática uma política de educação que *respeite a diversidade cultural* e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento, em todas as regiões do país, como *forma de ampliar a oferta de educação de jovens e adultos e da educação básica nas escolas do campo*” (BRASIL, 2006, p. 32 grifo nosso).

Na busca para tratar dos princípios que fundamentam a formação continuada de professores do campo, chegamos ao decreto 7.352 ao garantir “formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo” (BRASIL, 2010) - o que ressalta a importância de os professores refletirem acerca desta conquista, que vislumbra uma educação específica e diferenciada para os sujeitos do território campestre.

Os princípios da EC, a partir deste decreto, no tangente à formação de professores, se apresentam no Art. 2º conforme segue:

- I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II - incentivo à *formulação de projetos político-pedagógicos* específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010 grifo nosso).

Estes princípios ainda são pouco conhecidos entre os profissionais que trabalham com o território campestre, assim como o fato de os projetos pedagógicos serem praticamente inexistentes e as políticas de formação de professores, quando acontecem, estão restritas aos programas ofertados pelo Ministério da Educação.

O distanciamento das redes públicas municipais na constituição da política de educação do campo, articulada aos entes federados mantém as escolas do campo distanciadas da concepção campestre, ganhando materialidade a educação urbanocêntrica e sua hegemonia – cenário este em que os sujeitos do campo são tratados à margem social, sem o reconhecimento de seu repertório cultural.

Torna-se cada vez mais evidente que a ausência de articulação entre a formação continuada dos professores da EC com as políticas de atuação na escola, inviabiliza a materialização dos seus princípios pela via da educação contextualizada com as premissas do campo, permitindo a continuidade da concepção de educação rural. De acordo com Freitas (2011), “[...] os programas e projetos desenvolvidos ao longo de décadas na perspectiva da educação rural sempre tiveram o atraso do sujeito do campo, o qual precisava ser educado para se enquadrar no sistema produtivo moderno” (FREITAS, 2011, p. 36).

Enfatizamos assim, que os princípios norteadores da educação do campo legitimam seus sujeitos à condição de sujeitos de direito, a terem seu estilo próprio de vida - o que precisa ser levado em consideração no trabalho pedagógico. Embasado neste princípio, Borges e Silva afirmam que “[...] um dos princípios fundamentais para EC é o exercício da

cidadania plena para o desenvolvimento do País com justiça social, solidariedade e diálogo, entre todos” (2010, p. 216 grifo nosso).

De acordo com Caldart (2004), essas políticas podem estimular uma nova **identidade de educador** propiciada pelo movimento *por uma educação do campo*, para que estes correspondam aos princípios que se fazem necessários na educação desse espaço, onde os **saberes possam estar interligados aos estilos de vida dos sujeitos** que vivem no campo, e estes possam se sentir reconhecidos e não inferiorizados, envergonhados e desvalorizados por serem pessoas que vivem no e do campo.

Ao articular os princípios da EC, legitimar os saberes que estão articulados ao estilo de vida, cultivando as identidades, os valores, as memórias para formação continuada de professores na perspectiva de **construção da identidade do educador do campo**, observa-se uma propositura formativa eminentemente desafiadora, um projeto de formação advinda da trajetória de construção dos movimentos sociais, que nos aproximamos para apreendê-lo e materializá-lo.

Políticas de formação dos professores do campo

A constituição da educação do campo foi se configurando a partir da luta dos movimentos sociais pelo direito de reconhecimento dos trabalhadores do campo, o que implicou na participação do Estado quanto à constituição do diálogo para formulação junto aos movimentos de políticas públicas específicas para o campo, numa tentativa de superar as defasagens e negações a esta população (CALDART, 2009).

Assim, concebemos que a ausência de políticas específicas de formação de professores do campo, como também a falta de um Projeto Político Pedagógico que contemple suas especificidades implicam na fragilização da cultura campesina. Salientamos que uma das prioridades para elaboração de políticas públicas é a ampliação da formação dos professores do campo, vislumbrando:

Garantir a oferta de formação continuada, bem como, o estímulo à participação, criando-se as condições necessárias de afastamento de serviço e de custeio a todos os profissionais da educação do campo, por meio de programas especiais, que levem em conta as características dos processos educativos, as condições próprias de trabalho, de vida, do meio ambiente e da cultura do campo. (MOLINA, 2009, p.41).

Compreender a constituição de políticas públicas que impliquem na formação continuada de professores, pertencentes ao universo campesino, significa propor um

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

conjunto de formações que os ajude a fazer a transição da **concepção profissional de professor** à de **educador do campo**, priorizando os princípios desse universo.

A partir do paradigma da EC em construção, torna-se evidente que as proposições de formação de professores vão além da formação profissional, buscando a formação do educador do campo para desenvolver a postura educativa materializada nos princípios fundantes e pedagógicos da EC. Portanto, os princípios pedagógicos concebidos enquanto escola formadora de sujeitos articulada ao projeto de emancipação humana, valorização dos diferentes saberes, espaços e tempos de formação de sujeitos de aprendizagem; a escola enquanto LUGAR vinculado à realidade dos sujeitos, educação enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, e autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino (ALENCAR, 2015), vão de alguma forma constituindo a postura militante do educador na perspectiva da formação humana.

O desenho metodológico

Referenciadas na abordagem qualitativa de pesquisa, por trabalhar com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]” (MINAYO, 1994, p. 21), tomamos como procedimentos metodológicos de produção dos dados a análise documental e a entrevista semiestruturada.

Buscando identificar se há oferta de formação continuada disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e os tipos de formação para os professores do campo; bem como, mapear a formação continuada dos professores no contexto articulada aos princípios da educação do campo, realizamos entrevistas com seis (6) técnicas educacionais¹ da SME participantes da pesquisa, responsáveis pelas formações dos professores do campo, tratadas aqui como: T1, T2, T3, T4, T5, T6.

A análise documental foi realizada nos documentos dos programas que tratam sobre formação continuada, oferecidos pelo governo federal: Decreto nº 7.352/10, o Caderno PNAIC – Educação do Campo e a Portaria Nº 579 de 2 de julho de 2013.

Para tratar o *corpus* da pesquisa produzido a partir das entrevistas e dos documentos, utilizamos a análise de conteúdo, pela via da análise temática, concebida enquanto:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 31).

Ressaltamos que o campo da pesquisa foi a SME de um município do agreste de Pernambuco, onde alguns estudos foram anteriormente desenvolvidos, tais como os de FRANCO (1998, 2009, 2013). Cabe ressaltar que nesses estudos, a autora indicou que “a formação contínua tem sido marcada pelo modelo dos ‘professores multiplicadores’, um caminho metodológico que não tem respondido às demandas necessárias na região” (FRANCO, 2009, p.1). Seguimos, então, com esses estudos a partir de outro olhar, que se situa acerca dos formadores de professores da educação do campo e a instituição da política de formação continuada da rede pública municipal em que estes se incluem.

O que dizem os dados da pesquisa

Os dados foram tratados a partir das seguintes categorias de análise: i) A formação continuada de professores do campo – o foco nos programas do governo federal: PNAIC e ESCOLA DA TERRA; e ii) A ausência de aprofundamento no marco legal aponta para indícios de superficialidade em relação ao objeto de trabalho: educação do campo, sobre às quais tecemos as discussões que seguem.

A formação continuada de professores do campo – o foco nos programas do governo federal: PNAIC E ESCOLA DA TERRA

Consideramos a formação continuada de professores enquanto processo de aprimoramento profissional, compreendida na perspectiva de (GATTI, 2008, p. 57) como

[...] tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. No entanto, vale salientar que se pode explorar várias formas de ofertar a formação, e não apenas delimitar-se a oficinas e palestras. A formação pode ser compreendida, também como atividades de “horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos.

Referenciadas nas contribuições da autora, concordamos que não há uma única forma de desenvolver os processos de formação, por isto, se leva em consideração a realidade local e as possibilidades de construção com os sujeitos no contexto. Acrescentamos ainda, que a formação continuada de professores do campo, nesta pesquisa, não se articula apenas a forma, mas ao conteúdo, aos princípios e fundamentos (a educação enquanto direito, a terra, a agroecologia, a concepção de educação a partir da

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

classe trabalhadora entre outros) que a movem, contemplando assim as especificidades e a participação dos sujeitos pertinentes ao território para que esta formação seja validada, assim como sua articulação ao sistema municipal de ensino.

Ao perguntarmos às participantes sobre a existência de formação continuada para os professores do campo na rede pública municipal, temos a afirmação:

Na educação do campo como um todo, não existia uma formação só para eles. A gente teve início nos anos de 2014, e manteve em 2015 e 2016. Digo assim [...] havendo um direcionamento mais específico para o campo. A gente está neste momento de introdução para este trabalho (EXTRATO DA ENTREVISTA, T6).

O depoimento acima expressa o quanto a rede mantém uma perspectiva de formação centrada na metodologia dos “professores multiplicadores”, sem alimentar a cultura da multiplicação. T6 se refere à formação do Programa Escola da Terra, que estabelecia a exigência de participação dos professores nas formações, porque quem participa das formações são as técnicas educacionais que trabalham com a modalidade. Como a exigência da Universidade foi de que tivéssemos os professores, parte deles foi contemplada, tanto na primeira, quanto na segunda edição em 2015/2016. Exceto estas formações, as demais são para toda a rede, ou seja, não há formação específica para os professores do campo.

Ao relatarmos que apenas nestes anos tiveram uma formação direcionada aos professores do Campo, vimos que apesar das discussões sobre esta especificidade, a EC continua sendo pensada em segundo plano, recebendo ações que na verdade são planejadas a partir do paradigma urbanocêntrico.

No que se refere à existência **de formação continuada específica para o campo**, uma participante afirma que “A secretaria ainda não tem uma [...] um projeto específico para o campo, o município não tem” (EXTRATO DA ENTREVISTA T6). Este depoimento expressa o quanto técnicos experientes, responsáveis e comprometidos se percebem com pouco investimento em torno de suas necessidades formativas. Essa ausência de uma política específica para o campo, desenvolvida a partir da própria secretaria municipal de educação vai à contramão da constituição da cultura formativa dos professores camponeses, enquanto

necessidade de se desenvolver profissionalmente. Como sabemos a garantia de políticas públicas voltadas para esta educação é foco de lutas dos movimentos sociais.

No contexto estudado, continuamos entrevistando as participantes da pesquisa, acerca **das formações realizadas com os professores**. Vejamos mais um depoimento:

É do PNAIC, que já está existindo, já começaram as formações, pelo governo federal. E esse da Escola da Terra que são das salas multisseriadas, não é? Esse outro, o PNAIC, ele trabalha com os professores da zona urbana e zona rural, do 1º ao 3º (EXTRATO DA ENTREVISTA T6).

Evidencia-se neste depoimento como a formação continuada está à mercê da União, se desenvolvendo a partir dos projetos e programas federais sem considerar a constituição de uma política municipal, que pautar o lugar, a identidade, a cultura e os saberes dos sujeitos.

Ainda sobre o mapeamento das formações, outra participante responde:

*O PNAIC vem [...] só que ele vem de uma forma que a gente tenta trazer [...] de uma forma que seja passada para a área do campo, que, como ele vem de uma forma geral atende a cidade, e **a gente dá o toque, como ver a questão das salas multisseriadas**. Porque o PNAIC vem assim [...] de uma forma global (EXTRATO DA ENTREVISTA T3 grifo nosso).*

Reafirmamos assim, o distanciamento das formações para com a especificidade camponesa, ainda que este seja um Programa que tenha feito um recorte para a EC e classes multisseriadas. Nesse sentido, vimos que as ações formativas direcionadas aos professores do campo são marcadas pela reprodução do que vem para a área urbana, inclusive no que diz respeito ao Programa acima citado.

Outro Programa em que participam é o da Escola da Terra, o qual foi instituído pela Portaria Nº 579 de 2 de julho de 2013, como uma das ações do PRONACAMPO - um programa do governo federal específico para os professores do campo.

Além da Escola da Terra e do PNAIC, existe também no município um tipo de formação em que as participantes discutem com os supervisores e gestores das escolas do Campo do 6º ao 9º ano. Esta que também se encontra em fase de introdução, se apresenta da seguinte forma: “[...] a formação dos professores do 6º ao 9º está nesse momento de discussão para os supervisores de escola juntamente com os gestores, a gente está tentando fazer é [...] “preparar a terra como diz a história”, não é?” (EXTRATO DA ENTREVISTA T2).

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

Procurando compreender melhor o processo de formação continuada oferecido pela SME, perguntamos **como as formações acontecem**. A participante T4 afirmou que “São como oficinas [...]” (EXTRATO DA ENTREVISTA T4). Outro depoimento, afirmou que

*[...] a gente está pegando esses projetos e programas que eles estão trabalhando e dando o foco para o campo. Aí [...] a gente faz as questões práticas e as questões teóricas mesmo, porque [...] **eles não pensam assim [...] diretamente educação do campo, eles não trabalham detalhadamente**, aí a gente tenta fazer, dar o toque do campo nessas reuniões [...] e acontece através de **oficinas**, através de **palestras** e através de **textos**. (EXTRATO DA ENTREVISTA T6 grifo nosso).*

Identificamos que foram formações para toda a rede pública no formato de “oficinas, palestras e textos”, o que reafirma que o paradigma escolar urbanocêntrico se estende para o território campesino. Diante deste cenário, compreendemos que, em um município no qual a predominância das escolas está concentrada no território campesino, pouco tem sido estudado pelas equipes para configurar a construção de uma política de formação que responda às demandas contextuais do território.

A ausência de aprofundamento no marco legal aponta para indícios de superficialidade em relação ao contexto de trabalho: a educação do campo

Até aqui exploramos os tipos de formação continuada, bem como o mapeamento do que foi desenvolvido na rede com professores do campo pela SME, evidenciando-se que essas formações se concentram predominantemente na anunciação da formação de professores para toda a rede, referenciando o paradigma urbanocêntrico, que para o contexto campesino se expressa enquanto paradigma rural (ALENCAR, 2010).

Ao se tratar da formação para a especificidade campesina, esta se deu até 2016 através dos Programas do governo federal, como o PNAIC e a Escola da Terra. Ainda assim, as técnicas educacionais responsáveis pela EC, mostram pouca aproximação no que concerne ao domínio deste fenômeno na educação brasileira. Ao perguntarmos sobre **a articulação da formação com os princípios que regem a educação do campo**, responde uma participante:

*[...] então a gente está num momento de discussão de **criar essa identidade do campo, com os gestores e supervisores escolares**, aí na proposta a gente já fez algumas **temáticas pra trabalhar alguns itens do campo** que eles precisam*

ter conhecimento e aprofundamento (EXTRATO DA ENTREVISTA T2, grifo nosso).

O depoimento indica um conhecimento superficial e de caráter introdutório, pressupondo tentativas de se trabalhar algumas questões relacionadas ao campo, enquanto apêndice da educação na rede - o que confirma o não domínio dos princípios da EC.

Sobre como as técnicas abordam **as especificidades dos sujeitos do campo**, uma participante afirma: “Assim, a gente explora na questão do planejamento, o PPP, o que é que vai ser mexido para adequar, os marcos legais, não é? Os instrumentos que a gente tem que trazer” (EXTRATO DA ENTREVISTA T3).

Considerando o depoimento de T2 e T3 e o que apresentam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, vimos que as técnicas tratam o PPP de forma extremamente genérica, não demonstrando conhecimento sobre o marco legal.

A respeito do objeto de estudo, **a formação continuada e sua relação com os princípios da Educação do Campo**, uma participante explicita:

O PNAIC vem [...] só que ele vem de uma forma que a gente tenta trazer de uma forma que seja passada para a área do campo [...]. Como ele vem de uma forma geral atende a cidade, e a gente dá o toque do campo, faz adaptações quando vem a questão das salas multisseriadas. (EXTRATO DA ENTREVISTA T3 grifo nosso).

A participante explicita sua concepção urbanocêntrica de fazer “adaptações ao material” proposto pela formação. Percebe-se, então, que a tentativa de “dá o toque do campo” no referido programa, mostra a inexistência de uma formação continuada construída a partir da própria realidade. Nesta direção, Arroyo (2012, p.361) nos ajuda a compreender que “As consequências persistem: a formação privilegia a visão urbana, vê os povos-escolas do campo como uma espécie em extinção, e privilegia transportar para as escolas do campo professores da cidade sem vínculos com a cultura e os saberes dos povos do campo.”

Ainda no campo empírico, emergiu o desafio dos professores em trabalhar com as escolas multisseriadas. Ao questionarmos a **importância da formação continuada para os professores do campo**, uma participante acrescentou

*[...] depois da formação, há relato que eles falam assim [...] da relevância de que quando se fala em sala multisseriada, aí se fala da **dificuldade de você tá trabalhando com várias turmas no mesmo espaço**, então assim, pelo material*

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

que vem aqui para secretaria a gente procura da melhor forma possível adaptar esses documentos para questão até do currículo, para atender à necessidades desses professores que trabalham nas multisserias. (EXTRATO DA ENTREVISTA T4 grifo nosso).

Para T4, a formação continuada está colaborando ao atender as necessidades desses professores. No entanto, identifica-se a ausência de compreensão acerca da sala multisseriada, considerando que a multisseriação vem exatamente para romper com o modelo seriado, tomando o grupo por níveis de conhecimento e à medida que forem avançando, os grupos vão também se reorganizando, com um trabalho pedagógico em permanente movimento.

Entendemos, pois, que a organização da maioria das escolas do campo se dá pela estruturação das classes multisseriadas, que “são espaços marcados predominantemente pela heterogeneidade ao reunir grupos com diferenças de sexo, idade, interesses, domínio de conhecimentos, níveis de aproveitamento [...]” (HAGE, 2011, p. 110).

A partir dos dados aqui postos, reafirmamos o que apontou a pesquisa: a superficialidade do conhecimento construído pelas profissionais acerca dos elementos fundantes em uma política de formação na educação do campo. Compreendemos, pois, em consonância com Silva (2020, p. 131), que “[...] é preciso políticas públicas que garantam nas práticas escolares e não escolares valorização e afirmação das especificidades e particularidades dos povos camponeses.”

Considerações finais

Conforme apresentado, os dados revelam que a SME desenvolve Formação Continuada com os professores do campo junto aos demais da rede, não havendo a formação específica para este domínio, exceto os programas financiados pelo governo federal concluídos em 2016 na rede. No entanto, identificamos fragilidades no domínio dos princípios da EC uma vez que não há investimento nas diferentes gestões governamentais para se constituírem na SME políticas próprias de formação, autorais, perenes.

Nesta perspectiva, a busca incessante das técnicas educacionais, responsáveis pela formação continuada de professores do campo, para “adaptar o currículo às necessidades dos professores no trabalho com a multisseriação” foram em vão, porque as exigências em

contemplar o campo estão relacionadas à concepção do paradigma de EC, aos princípios que o fundamenta, ao se constituir em educador do campo comprometido com suas causas. Em consequência do não domínio do paradigma, entendemos que o currículo das escolas do campo assumido na direção das “adaptações” explicita uma concepção de Educação rural.

Identificamos assim, que as “adaptações” não deram conta de alimentar o fenômeno educativo – educação do campo - no contexto campesino, porque os elementos fundantes da formação neste processo exigem uma política de formação de professores do campo, que articule a formação e a atuação a partir dos seus princípios políticos e pedagógicos.

Os dados evidenciam que houve formação de professores da educação do campo na rede investigada em 2014, 2015 e 2016 para parte dos professores e técnicos educacionais, os tipos de formação continuada se deram através de oficinas, palestras e discussões de textos. No entanto, identificamos que estes procedimentos advêm das formações dos Programas e são tratados na rede de forma eminentemente desconectada da concepção de EC e do diálogo com os territórios. Exceto estes procedimentos, não foram apresentadas outras possibilidades de formação específica para o contexto campesino, a partir das ações desenvolvidas pelo Sistema de ensino ou na própria escola.

No que se refere à articulação da formação aos princípios políticos e pedagógicos da educação do campo, os dados ainda demonstram o não conhecimento dos princípios presentes nos fundamentos da EC e o aporte legal trabalhado, inclusive, nas formações do Programa Escola da Terra. Esta questão se repete quando tratamos do material orientador do PNAIC, pois em seus depoimentos as participantes não se referiram a este, e nem mesmo à utilização dos cadernos da Educação do Campo (2007) deste Programa.

Diante do exposto, vimos que o mapeamento da formação continuada de professores do campo na rede, se dá a partir dos Programas do governo federal e desenvolvido pela UFPE tanto o Escola da Terra quanto o PNAIC, comprovando que embora tenhamos a participação das técnicas educacionais nas formações dos dois Programas e de parte dos professores que atuam nas escolas do campo, visto que a concepção de formação adotada é a de “professores multiplicadores”, se mantêm as fragilidades no desenvolvimento da formação dos professores do campo na rede. Desta forma, a pesquisa aponta para a necessidade de articulação entre os Programas de formação e a construção

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

das políticas de formação continuada de professores do campo no sistema de ensino, objetivando avanços na rede pública municipal.

Ressaltamos que o pressuposto da pesquisa foi confirmado, uma vez que na rede investigada, a educação do campo ainda é tratada superficialmente, na perspectiva da educação rural, considerando a ausência de investimentos na constituição de políticas para a referida formação, bem como a inexistência de profissionais que aprofundem estudos no fenômeno, compreendendo o que este significa e operando a partir de seus princípios basilares para que a EC efetivamente se constitua no território pela via da materialização de uma política de formação continuada de educação do campo na rede pública municipal investigada - o que culmina com um processo de formação continuada que ainda não se articula aos princípios que a educação do campo requer.

Por fim, a condição evidenciada de se ter a concepção de educação rural permeando as práticas educativas nas comunidades camponesas no sistema educacional da maior cidade do interior de Pernambuco, é o que nos move na busca de constituição da política de formação continuada de professores do campo, na rede investigada, a partir do paradigma da EC, objetivando contribuir com o desenvolvimento profissional e pessoal dos professores, bem como com as práticas educativas com base nas especificidades do campo educacional, legitimando aos sujeitos do campo o direito à educação de qualidade socialmente referenciada, em articulação às comunidades e aos movimentos sociais - o que perpassa pela formação dos professores, criando em nós a expectativa de que a pesquisa em foco contribua para fomentar a EC no contexto educacional do agreste pernambucano.

¹ Denominamos ao longo do texto as profissionais formadoras de professores de técnicas educacionais. Elas são professoras de formação, geralmente concursadas, que atuam na Secretaria Municipal de Educação na condição de técnicas educacionais, responsáveis pela formação de professores do campo na rede.

Referências

ALENCAR, M. F. dos S. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. In. **Ci. & Tróp.**, Recife, v. 39, n. 2, p. 41-72, 2015.

_____, M. F. dos S. Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. In. **Ci. & Tróp.**, Recife, v.34, n. 2, p.207-226, 2010.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15 jun 2020.

_____, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BORGES, H. da S.; SILVA, H. B. A Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico. In. ROCHA, M.I.A; HAGE, S. M. (org.) **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____, Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CBE). **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, v. 67, Sessão 1, p.32, 9 abr. 2002.

_____, **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão 1, 5 nov. 2010.

_____, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer 36/2001, relatora Edla de Araújo Lira Soares. Processo 2300100032.

_____, **Conselho escolar e a educação do campo**. Elaboração Regina Vinhaes Gracindo [et. al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 91 p.: il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares), 2006.

_____, **Portaria nº 579, de 2 de julho de 2013** Institui a Escola da Terra. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>> pelo código 00012013070300012. Acesso em: 15 jun 2020.

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma educação do campo**. Miguel Gonzelez Arroyo, Roseli Salete Caldart, Mônica Castgna Molina, (Org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____, R. S. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

_____, R. S. Educação do Campo. In. CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo** (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRANCO, M. J. N. Formação Continuada de Professores na Rede Pública do Agreste Pernambucano - Nordeste do Brasil: Uma reelaboração necessária. In: **Anais do 20º Simpósio**

Formação Continuada de Professores articulada aos Princípios da Educação do Campo: com a palavra as formadoras de professores

Brasileiro de Política e Administração da Educação. III Congresso Interamericano de Política e Administração. Vitória ES: UFES, 2009.

FREITAS, L. C. Sistemas de Avaliação e de Controle. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2011.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. IN: Em aberto Educação do Campo. Mônica Castagna Molina Helana Célia de Abreu Freitas (Organizadoras). **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011.

MINAYO, M.C.de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOLINA, M. C.; MONTENEGRO, J. L. de A.; OLIVEIRA, L. L.N. de A. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Brasília-DF, junho de 2009.

SILVA, J. F. da. **A formação continuada para professores dos anos iniciais em redes de ensino no agreste pernambucano: um olhar sobre as ações voltadas ao ensino de matemática**. UFPE/ CAA - Programa de pós-graduação em educação contemporânea. 2013.

SILVA, M. G. C. da. **Trajetórias dos/as estudantes do campo para o ensino Médio: desafios para a garantia de permanência na Educação do e no Campo e o reconhecimento de suas identidades**. UFPE/CAA – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea. 2020.

Sobre as autoras:

Maria Joselma do Nascimento Franco

Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo. Participante do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Formação em Educação do Campo na UFPE; vice-líder do Grupo de Pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Processos Educativos (GPENAPE), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Profissional Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: mariajoselma.franco@ufpe.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6384-1876>

Amanda Vieira Costa

Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco – Campus Acadêmico do Agreste. E-mail: amandavieiracosta1@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2563-4918>

Recebido em: 20/03/2020

Aceito para publicação em: 17/05/2020